

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DOS
AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS POMBA E MURIAÉ – COMPÉ NO ANO DE 2010**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dez reuniram-se, às 14:30 horas, na sala anexa à Secretaria de Educação, no Centro Administrativo Municipal Presidente Tancredo Neves, situado à Avenida Maestro Sansão, nº 236, 1º andar, Centro, Muriaé/MG, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé. A reunião foi aberta às 14:45h pela Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, a Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, com a presença de 13 (treze) membros do COMPÉ, entre Titulares e Suplentes (conforme relação de presença no final desta Ata), 10 (dez) convidados (conforme relação também apresentada ao final da mesma). Aberta a reunião, a presidente cumprimentou a todos e após a verificação de quorum, apresentou as ausências justificadas (relação ao final desta ata) e em seguida apresentou o Sr. Geraldo José dos Santos, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, que cumprimentou a todos e passou a palavra à presidente do Comitê para que desse prosseguimento à plenária. A Sra. Maria Aparecida Vargas destacou a presença do Sr. Luciano Dias Paes Netto, Prefeito Municipal de São Francisco do Glória, Sr. João Batista Duarte Abreu, Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto e Sr. Jucelino Machado do Amaral, representante da Prefeitura Municipal de Patrocínio do Muriaé. Em seguida propôs uma inversão na ordem da pauta que foi aceita pelos presentes e passou aos informes gerais apresentando a relação dos municípios mineiros da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul que ainda não dispõem de um Plano Municipal de Saneamento (PMS), e que poderão ser beneficiados com os recursos do Manual de Investimentos do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP para 2010, que propõe disponibilizar além dos recursos em balcão para demanda aberta, recursos específicos para demanda induzida, podendo priorizar projetos primordiais na Bacia, como o Plano Municipal de Saneamento (PMS) para estes municípios, uma vez que o prazo para se regularizarem perante a Legislação de Saneamento é até dezembro deste ano. Explicou sobre o processo de cálculo de valores para cada município, esclarecendo que esses convênios estão sendo feito através das associações de municípios e dos consórcios de bacia e ressaltou que a elaboração do PMS é fundamental para a elaboração do Plano Básico e para se obter recursos para realização da obra. A Sra. Georgina Maria de Faria Mucci, 1ª Secretária do COMPÉ, acrescentou que não será o município que irá gerir o recurso e sim a associação ou consórcio de bacia indicado. A Sra. Maria Aparecida Vargas mencionou que está sendo analisada a possibilidade da contrapartida para estes projetos partir do Fundo de Proteção, Recuperação e Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO ou mesmo de se dividir esta contrapartida entre o FHIDRO e as instituições que estarão gerindo o recurso e relatou que esta proposta foi apresentada na reunião de Diretoria do CEIVAP, onde a Sra. Marilene Ramos, presidente do referido Comitê se manifestou favorável, solicitando a inclusão de dois projetos do “Produtor de Água – Conservação de Nascentes” como demanda induzida. Além desses projetos propõe-se a elaboração de um projeto de “Educação Ambiental” adotando uma microbacia de cada estado (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro). Desta forma a proposta para demanda induzida constaria dos Planos Municipais de Saneamento, dos projetos “Produtor de Água – Conservação de Nascentes”, e do Programa de Educação Ambiental, e sugeriu que os convênios a serem firmados com os municípios podem ser assinados na ocasião da realização do 2º Seminário do Setor Elétrico na Bacia do Rio Paraíba do Sul – SERPASUL. A plenária solicitou que seja analisada a possibilidade de se adotar uma microbacia para cada bacia de cada um dos estados citados. Na sequência a Sra. Maria Aparecida Vargas comentou sobre a realização do 2º SERPASUL a ser promovido pelo CEIVAP com apoio do COMPÉ e que será realizado em Astolfo Dutra, com data prevista para os dias 18 e 19 de agosto deste ano, com foco na “Conservação e Uso de Entorno e Reservatórios”, destacou o interesse em reservar um número de vagas no evento para a participação de estudantes de Biologia das Faculdades de Muriaé, Cataguases e Ubá, o que será discutido posteriormente com as entidades interessadas e relatou sucintamente sobre o 1º SERPASUL, realizado em 2009 no Rio de Janeiro,



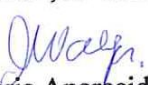
informando que fechando a demanda do evento realizado em 2009, está sendo apresentado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, a resolução de Outorga de vazão mínima remanescente e que tão logo seja publicada a resolução do CNRH, será preparada uma resolução conjunta da Bacia do Rio Paraíba do Sul harmonizando os critérios de outorga na bacia. Por fim informou que para o ano de 2011 o tema solicitado para o evento é “A ocupação desordenada de margem de rio”. O Sr. Geraldo dos Santos (IGAM) informou que não haverá disponibilidade para participar do SERPASUL na data prevista, em virtude do Processo Eleitoral do Comitê do São Francisco, e a Sra. Maria Aparecida Vargas declarou que estará verificando junto aos demais organizadores do evento a possibilidade de mudança na data do mesmo, considerando que a participação dos representantes do poder público estadual tem grande importância para o fortalecimento do evento. O Sr. Antônio José, (Consórcio do Rio Muriaé) questionou quanto ao local definido para a realização do evento e foi informado pela presidente do Comitê que esta definição saiu como demanda do primeiro SERPASUL, definindo que este ano o evento seria realizado no interior e próximo de hidrelétrica, o que favoreceu a opção por Astolfo Dutra, pois o município dispõe de três usinas em cascata, próximas do local do evento. Dando prosseguimento à ordem do dia a Sra. Maria Aparecida Vargas colocou a minuta da ata da última reunião do Comitê para ser apreciada, informando que a mesma já havia sido encaminhada anteriormente aos membros do Comitê e não havendo nenhuma ressalva a mesma foi aprovada com anuência de todos. O Sr. Geraldo Santos, representante do IGAM e Coordenador Geral do FHIDRO ressaltou que está envidando esforços para viabilizar a contrapartida para os recursos a serem disponibilizados pelo CEIVAP, acelerando a movimentação burocrática, mencionando sua preocupação com a proximidade do período de campanha eleitoral e reafirmou a importância da participação das prefeituras uma vez que é necessário unir esforços para o desenvolvimento de todo o processo. Em seguida a Sra. Maria Aparecida Vargas passou a palavra aos representantes da Azurit Engenharia Ltda. e da Ômega Energia Renovável S.A., presentes na reunião para que procedessem à apresentação do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Cruz. Com a palavra, a Sra. Joana Cruz representante da Azurit Engenharia cumprimentou a todos e relatou estar à frente do processo de licenciamento ambiental do projeto, destacou a presença do Sr. Michel Obara representante da Ômega Energia Renovável (empreendedor), e os representantes da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM Zona da Mata, com o técnico Sr. Gláucio Nogueira e o responsável técnico pelo processo de outorga, Sr. Toniel Domiciano Senra. Em seguida colocou a importância de estar apresentando o referido projeto buscando uma parceria com o Comitê e passou a palavra ao Sr. Michel Obara que cumprimentando os presentes prosseguiu com um breve relato sobre a história do empreendedor, abordando sua estrutura, principais atividades desenvolvidas, objetivos, responsabilidade socioambiental, destacando algumas atividades ligadas ao meio ambiente que vem sendo desenvolvidas atualmente, as regiões onde atua e por fim apresentou um esboço sobre as etapas do método adotado no processo de desenvolvimento dos projetos. Agradecendo a todos, o Sr. Michel passou a palavra à Sra. Joana Cruz, que discorreu sucintamente sobre a Azurit Engenharia e procedeu à apresentação do projeto da PCH Santa Cruz informando que o empreendimento ficará localizado no município de São Francisco do Glória, destacando aqui o apoio e a presença do prefeito daquele município, o Sr. Luciano Dias e iniciou a apresentação com um esboço do local de instalação do empreendimento que está circunscrito na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, devendo ser instalado no Rio Glória, na região onde localiza-se a Usina do São Francisco do Glória (desativada), à montante da PCH Glória, usina da Vale Sul já instalada no local. Seguidamente detalhou a caracterização da PCH Santa Cruz, explicando que, no âmbito do inventário hidrelétrico, a construção de uma PCH é avaliada regionalmente, de forma a garantir o melhor aproveitamento do rio estudado. A barragem da PCH Santa Cruz foi projetada para a regra de operação a fio d’água, sendo que a vazão que entra no reservatório é igual à vazão que retorna ao rio a jusante da casa de força, não interferindo, portanto, no regime do rio. Declarou, também, que os estudos realizados revelam risco mínimo. Relatou ainda que serão usadas três turbinas, gerando 15 MW de energia, com capacidade de abastecimento para cerca de cinquenta mil habitantes, o projeto inclui a construção de um túnel de

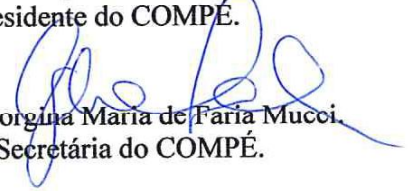
101 adução, escavado em rocha, sendo que a casa de força ficará localizada a cinco quilômetros do
102 barramento e a previsão para o cronograma de obras de vinte e dois meses. O Sr. Antonio José
103 (Consórcio Rio Muriaé) questionou quanto aos benefícios do empreendimento e foi reforçado pelo Sr.
104 Geraldo Santos a questão do número de empregos a ser gerado. A Sra. Joana esclareceu que além da
105 geração de energia, o empreendimento prevê a geração de cerca de duzentos e oitenta empregos
106 temporários e dois permanentes, além da capacitação de mão-de-obra local, sendo citado pelo Sr.
107 Luciano Dias que em grande parte a mão-de-obra usada será regional. Na sequência foi apresentado
108 fotos do local revelando que a região é predominantemente de pastagens, não dispondo de mata ciliar e
109 de vegetação de topo de morro, apresentando vários focos erosivos e voçorocas. Por meio do
110 cronograma das etapas do licenciamento ambiental a Sra. Joana esclareceu que o projeto iniciou o
111 processo de licenciamento com a realização dos estudos ambientais que juntamente com a
112 documentação pertinente foram protocolados na SUPRAM Zona da Mata, para que sejam analisados,
113 promovidas as audiências públicas e emitido parecer técnico ao Conselho de Política Ambiental –
114 COPAM, para que o mesmo se manifeste quanto a concessão da Licença Prévia para o
115 empreendimento. Relatou que o diagnóstico ambiental mostra que não foram encontradas espécies de
116 peixes em extinção e apenas quatro espécies migratórias, sendo que estas não serão prejudicadas pela
117 implantação da PCH Santa Cruz em virtude das barreiras naturais já existentes no local e informou que
118 será implementado um programa de monitoramento de ictiofauna. Foi apresentado o demonstrativo dos
119 estudos de vazões para a PCH Santa Cruz, incluindo vazões extremas (máximas e mínimas) e a vazão
120 residual proposta (que torna viável a implantação do projeto), de modo a atender aos usos da água
121 diagnosticados sem prejuízos à região em relação à utilização da água, considerando inclusive a
122 contribuição dos tributários locais. O Sr. Geraldo Santos questionou quanto à fase de elaboração do
123 projeto básico e colocou sua preocupação quanto ao limite da vazão reduzida e ao comportamento da
124 fauna aquática e da fauna local destacando a importância de se atentar para a preservação ambiental. A
125 Sra. Joana informou que o projeto básico foi protocolado na Agência Nacional de Energia Elétrica –
126 ANEEL e esclareceu que em relação ao curso d'água foram realizadas campanhas em épocas de
127 estiagem e de chuvas e que o projeto propõe a implantação de programas de monitoramento das
128 vazões, da fauna, da ictiofauna e da qualidade da água de forma a identificar as alterações que possam
129 ocorrer a partir da instalação do empreendimento e destacou que desta forma a apresentação do projeto
130 ao Comitê objetiva não apenas conhecer a posição do Comitê em relação ao referido projeto, mas
131 também buscar sugestões que venham a colaborar para o melhoramento do mesmo e informou que
132 além desses programas ligados ao uso da água, consta na proposta do projeto outros programas tais
133 como o programa de recomposição de área de preservação permanente (APP), programa de
134 recuperação de focos erosivos, implementação da reserva legal de forma a proporcionar uma
135 significativa melhoria na paisagem local. Foi questionado pelo Sr. Sebastião Vieira, representante do
136 Instituto Estadual de Florestas – IEF quanto a existência de programas de recuperação de nascente e de
137 vegetação de topo de morro e a Sra. Joana esclareceu que a proposta inicial é recompor a APP e
138 implementar a reserva legal na área do reservatório, e explicou que as áreas de APP e reserva legal
139 devem abranger uma extensão bem maior em relação à área do reservatório, o que deverá ser discutido
140 com a SUPRAM. Em seguida passou a palavra ao Sr. Glaucio Nogueira (SUPRAM) que informou que
141 o processo está em fase de análise na SUPRAM, e que estão na fase de coleta de informações que
142 contribuam para a elaboração do parecer. Concluindo a Sra. Joana colocou a disposição do Comitê todo
143 o material referente aos estudos realizados incluindo a cópia do Estudo de Impacto Ambiental e do
144 Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. Com a palavra a Sra. Maria Aparecida Vargas, propôs
145 que após repassar o material referente ao projeto aos membros e demais participantes da reunião seja
146 agendada uma reunião de Câmara Técnica para que o Comitê possa discutir novamente a proposta
147 apresentada e se manifestar em relação ao projeto da PCH Santa Cruz. O Sr. Claudio Luis, Vice-
148 Presidente do COMPE e representante da Fazenda Pedra Branca procedeu aos informes sobre a
149 segunda chamada dos recursos do Manual de Investimentos do CEIVAP de 2009, onde foram
150 contemplados com recursos para planejamento e estrutural os municípios de Itamarati de Minas,



Argirita e Mercês sendo uma ETE em Itamarati de Minas e uma em Argirita, além de recursos para planejamento viabilizando a elaboração do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário para Argirita e Mercês e informou que ainda foi aprovado a contrapartida para o município de Guidoal para execução do projeto de saneamento, obra esta que já foi iniciada com recursos do FHIDRO de 2008 e na sequência apresentou o parecer de pedido de vistas relativo ao exame de Recurso apresentado pelo Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais - DER/MG em relação à obra de pavimentação e construção da Rodovia ligando o trecho entre os municípios de Juiz de Fora (Rodovia 040) e Coronel Pacheco (Rodovia MG353) estrada de acesso ao aeroporto de Goianá. A Sra. Maria Aparecida informou que o item de pauta referente ao Convênio de Integração do CEIVAP com os Comitês Estaduais e os pontos de controle deve ficar como pauta da próxima reunião do Comitê e passou às informações sobre o processo eleitoral do COMPE, esclarecendo os motivos que levaram ao adiamento do processo eleitoral até o momento e destacou que o novo calendário eleitoral já foi encaminhado aos membros e demais interessados solicitando o apoio de todos para que seja cumprido o novo calendário e concluído o processo eleitoral. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos os membros do Plenário, dos demais convidados, e declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada por mim Theyla Suelayne D'Arc de Oliveira e assinada pela Presidente e pela 1ª Secretária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé.

Muriaé, 27 de maio de 2010.


Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas
Presidente do COMPE.


Georgina Maria de Faria Mucci.
1ª Secretária do COMPE.

LISTA DE PRESENÇA

Membros do COMPE:

Geraldo José dos Santos – IGAM, Sebastião Vieira de Jesus – IEF, Lucia Helena Francisco Baldanza – Prefeitura Municipal de Muriaé, Marco Antonio Lima – Prefeitura Municipal de Cataguases, Celso Pereira Campos – Prefeitura Municipal de Eugenópolis, Maria Aparecida Borges P. Vargas – Energisa Soluções S/A, João Batista Pinto - Representando a COPASA, Maria Aparecida Muruci Monteiro - DEMSUR, Cláudio Luis Dias Amaral – Fazenda Pedra Branca, Viviane Aparecida Marinho – Consórcio da Bacia do Rio Pomba, Antônio José R. Caldas Francisco – Consórcio da Bacia do Rio Muriaé, Georgina Maria de Faria Mucci – FUNCEC, Miguel Ângelo Espírito – CIRAB.

Convidados:

Joana Cruz – Azurit Engenharia Ltda, Michel Obara – Ômega Energia Renovável S.A., Luciano Dias Paes Netto – Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, Jucelino Machado do Amaral – Prefeitura Municipal de Patrocínio do Muriaé, Toniel Domiciano Arrighi Senra – SUPRAM/Zona da Mata, Gláucio C. C. B. Nogueira – SUPRAM/Zona da Mata, Valdir L. de Souza Júnior – DEMSUR, João Batista D. Abreu – Prefeitura Municipal de Barão do Monte Alto, Romero Valente Soares – Associação Ação Ecológica – AECO, Theyla Suelayne D. de Oliveira – COMPE.

Ausência Justificada:

João Paulo de Souza Vieira – Prefeitura Municipal de Guidoal.

